

**Jornal Notícias**

31-08-2013

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 110603

**Temática:** Administração Pública

**Dimensão:** 203

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 16

## Conversa séria sobre o Estado

Por  
**MANUEL  
TAVARES**  
Diretor



**A** despesa do Estado tem de emagrecer porque não há volta a dar aos constrangimentos que a troika nos impôs para nos emprestar dinheiro, quando já não o havia sequer para garantir os salários dos funcionários públicos para o mês seguinte. Não foi assim há tanto tempo que possamos ignorar. O que não podemos é emagrecer sem critério o Estado e muito menos tor-

ná-lo ainda mais interventivo na vida de todos nós, desequilibrando-a consoante se é, ou não, primo de alguém influente na Administração Pública e genericamente no aparelho de Estado.

A possibilidade ontem avançada por Marcelo Rebelo de Sousa através da qual o Governo poderia esticar a lei da mobilidade de Sócrates e pagar não 50 mas 25, 20, 15 ou 10 por cento do salário de um funcionário público de cujo trabalho pudesse prescindir, sem assim quebrar o vínculo contratual, seria um expediente e não uma solução.

Como sabemos, toda a Administração Pública está sujeita à panela de pressão das eleições: sempre que o poder muda, a desconfiança sobre os funcionários públicos instalados tem sido resolvida acrescentando novos e enviando antigos para as prateleiras, algumas delas douradas.

Côm o campo de manobra que Marcelo entrevê na lei de mobilidade de Sócrates para o Governo poder atenuar e contornar o chumbo pelo Tribunal Constitucional da chamada lei de requalificação da Função Pública, abre-se a porta a que haja "ganchos" sem fim no Estado para aqueles que afinal garantem o seu fim de mês no privado.

Ora, já temos um Estado demasiado de primos para lhe acrescentar desregulação que desguarneça ainda mais a responsabilidade vinculativa de ser funcionário público e permita mais opacidade na relação com o setor privado.

Todos compreendemos que a despesa pública tem de diminuir e que, no plano da troika, os privados têm feito um esforço exemplar quando comparado com o do Estado, conforme o próprio primeiro-ministro sublinhou ontem. Mas não é com

expedientes que resolveremos o problema das contas públicas.

Para fazer esse emagrecimento através de soluções que não passam de desenrascanços, torna-se urgente que Paulo Portas termine o mapa da mina. Ou seja: a proposta de re-forma do Estado.

Quando o vice-primeiro-ministro terminar essa tarefa, talvez saibamos finalmente qual a dimensão do nosso Estado: o que está a mais e o que está a menos.

**Temos ouvido falar sobretudo do Estado a mais na formação do trabalho, ou seja, dos funcionários públicos que paga.**

**Falta, agora, que nos falem do Estado a mais na formação do capital, ou seja, dos empresários com quem comparte investimentos ruinosos, por exemplo nas parcerias público-privadas.**

Ai, sim, teremos conversa séria.